

AGRICULTURA CAMPONESA E SOBERANIA ALIMENTAR: Viés de Sustentabilidade

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2025.62.16036>

Submetido em: 30/5/2024

Aceito em: 19/9/2024

Publicado em: 2/1/2025

Valdenir de Souza Coutinho¹
Ernandes Sobreira Oliveira Junior²
Liliane Cristine Schlemer Alcântara³

Debulhar o trigo
Recolher cada bago do trigo
Forjar no trigo o milagre do pão
E se fartar de pão

Decepar a cana
Recolher a garapa da cana
Roubar da cana a doçura do mel
Se lambuzar de mel

Afagar a terra
Conhecer os desejos da terra
Cio da terra, a propícia estação
E fecundar o chão

(Nascimento; Buarque, 1977).

RESUMO

A agricultura camponesa e a soberania alimentar são questões sociais que, de alguma maneira e potencialmente, trazem consequências significativas para a dinâmica social e ambiental entre as classes camponesas. Este artigo visa a analisar os aspectos socioambientais e a soberania alimentar no contexto da agricultura camponesa. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com método bibliométrico e abordagem qualitativa, descritiva/exploratória. Realizou-se um inventário por meio de consulta eletrônica no Portal de Periódicos Capes, nas bases de dados da *Scopus* e Catálogo de Teses e Dissertações, que constituem o estado da arte da referida temática. Nas estratégias de busca foram utilizadas as palavras-chave “food sovereignty” e “peasant” na base *Scopus* e “peasant agriculture” e “food sovereignty” no Catálogo de Tese e Dissertação, resultando 111 artigos, 4 teses e 4 dissertações, que após análise resultou em 54 artigos, 4 teses e 4 dissertações. Os resultados apontam que as questões socioambientais, soberania alimentar e agricultura camponesa são assuntos debatidos mundialmente por movimentos camponeses, acadêmicos, ONGs, ativistas, entre outros, e atualmente encontra-se em grandes desafios em razão da modernização no campo. A modernização do campo não trouxe apenas benefícios, mas também consequências negativas ao meio ambiente, como perda da biodiversidade e alteração dos recursos naturais. O modelo de agricultura camponesa contribui para a agrobiodiversidade local e desempenha um papel importante na segurança alimentar. Os camponeses são protagonistas da agroecologia e suas lutas somam-se a várias conquistas.

Palavras-chave: soberania alimentar; agricultura camponesa; bibliometria; questões socioambientais.

¹ Rede Estadual de Educação (Seduc-MT). Universidade do Estado do Mato Grosso – Unemat. Cáceres, MT, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-1708-3773>

² Universidade do Estado do Mato Grosso – Unemat. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Ambientais e em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos. Cáceres, MT, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-8502-720X>

³ Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC). Cuiabá/MT, Brasil. Universidade do Estado do Mato Grosso – Unemat. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Ambientais. Cáceres, MT, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-6953-6917>

PEASANT AGRICULTURE AND FOOD SOVEREIGNTY: SUSTAINABILITY BIAS

ABSTRACT

Peasant agriculture and food sovereignty are social issues that, in some way and potentially, have significant consequences for the social and environmental dynamics between peasant classes. This article aims to analyze socio-environmental aspects and food sovereignty in the context of peasant agriculture. This is bibliographical research with a bibliometric method and a qualitative, descriptive/exploratory approach. An inventory was carried out through electronic consultation on the Capes Periodicals Portal, in the Scopus databases and Catalog of Theses and Dissertations, which constitute the state of the art on this topic. In the search strategies, the keywords “food sovereignty” and “peasant” were used in the Scopus database and “peasant agriculture” and “food sovereignty” in the Thesis and Dissertation Catalog, resulting in one hundred and 111 articles, 4 theses and 4 dissertations, which after analysis resulted in 54 articles, 4 theses and 4 dissertations. The results indicate that socio-environmental issues, food sovereignty and peasant agriculture are issues debated worldwide by peasant movements, academics, NGOs, activists, among others and are currently facing major challenges in the face of modernization in the countryside. The modernization of the countryside has not only brought benefits, but also negative consequences for the environment, such as loss of biodiversity and alteration of natural resources. The peasant agriculture model contributes to local agrobiodiversity and plays an important role in food security. Peasants are protagonists of agroecology, and their struggles add up to several achievements.

Keywords: food sovereignty; peasant agriculture; bibliometrics; socio-environmental issues.

INTRODUÇÃO

As décadas de 60 e 70 foram marcadas pela modernização do campo, pelo avanço das fronteiras agrícolas, pelos megaprojetos de ocupação de terras e pelas transformações técnicas de produção (Pereira, 2017; Machado; Santilli; Magalhães, 2008). Esses eventos ocorreram durante a chamada “Revolução Verde”. A “Revolução Verde” não trouxe apenas benefícios para o campo e para a agricultura, com ela também surgiram algumas consequências negativas, revelando-se não sustentável ao causar danos ambientais, como a perda da biodiversidade e do conhecimento associado, o endividamento dos agricultores e, conseqüentemente, a evasão desses profissionais (Altieri, 2012). Por outro lado, contudo, despertou o desejo desses camponeses em lutar por seus direitos, sobretudo pela reforma agrária e proteção ao meio ambiente.

A luta dos camponeses por seus direitos e anseios tem ganhado espaço em debates políticos, trabalhistas, intelectuais, acadêmicos, ONGs e entre ativistas de direitos humanos no Sul Global, bem como no Norte Global (Ehlert; Voßemer, 2015). De forma geral, os camponeses não lutam apenas por seus direitos, mas por inúmeras outras questões que abrangem as esferas social, econômica, cultural e ambiental, como a luta pela soberania alimentar (Heis, 2015). De acordo com La Via Campesina (1996), a agricultura camponesa é um termo internacional que vem se reconfigurando e ganhando reconhecimento, considerando o crescente movimento das organizações camponesas de todas as regiões do planeta, como a Ásia, Europa, Américas e África.

A agricultura camponesa preza pela preservação do meio ambiente, pela qualidade de vida e atua como protagonista da agroecologia, meio no qual se destaca a importância da diversificação de produção, a agrobiodiversidade e a soberania alimentar (Cruz; Ferreira, 2021). A soberania alimentar consiste no “direito dos povos, seus países ou uniões de Estados, de definirem suas políticas agrícolas e alimentares sem terem que vender a terceiros países”. Esse conceito foi definido pelo movimento internacional dos camponeses (Zambrano; Da Cruz; Paullino, 2022, p. 2).

Para Claeys (2015, p. 456), a “[...] soberania alimentar integrou a ampla variedade de lutas do movimento nos níveis local e nacional, como garantir o controle da terra e do território, proteger o conhecimento local e a criação de mercados locais”. Ressalta-se que o conceito de soberania alimentar atribui aos camponeses a capacidade de produzir seus alimentos básicos, respeitando a diversidade cultural e produtiva de cada indivíduo (Brasil, 2021).

Diante do exposto, é importante elencar os direitos à alimentação saudável e à soberania alimentar, bem como o uso de recursos naturais de forma sustentável. Os camponeses conquistaram vários direitos, entre eles os direitos culturais e tradicionais embasados nas atividades agroecológicas no campo, instituídas pela Política Nacional da Agroecologia e Produção Orgânica – Pnapo (Brasil, 2012).

Conforme Frigotto (2012, p. 274), a agricultura camponesa de base agroecológica vincula-se à “[...] soberania alimentar dos povos e a processos educativos e de produção de conhecimento e tecnologias que aumentem a produtividade e que preservem a vida da natureza e do planeta, e a saúde coletiva”. A soberania alimentar está inserida no processo de produção e conservação de sementes, sobretudo das sementes crioulas, práticas exercidas pelos camponeses, sendo estas demandas constituintes do elemento central deste estudo.

Este artigo teve como finalidade analisar em âmbito nacional e internacional os aspectos socioambientais e a soberania alimentar no contexto da agricultura camponesa. Para contemplar o seu objetivo adotou-se como método a pesquisa bibliométrica de artigos científicos publicados na base de dados Scopus e Catálogo de Teses e Dissertações. Vale frisar que o estudo colocou em evidência o cenário da temática estudada no Brasil e no mundo.

Para dar sustentação ao objetivo deste artigo, a estrutura foi dividida da seguinte forma: introdução; na sequência uma sucinta fundamentação teórica acerca da temática; subsequente os procedimentos metodológicos empregados; a análise e a discussão dos resultados e, por fim, as considerações finais e referências que deram sustentação à base teórica e ao estado da arte.

AGRICULTURA CAMPONESA E SUSTENTABILIDADE: OS DESAFIOS DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

Os impactos sociais e ambientais provocados ao longo do tempo, sobretudo pela Revolução Verde, motivaram estudiosos, ambientalistas e Organizações Não Governamentais (ONGs) a se preocuparem mais com as questões ambientais globais (Mann, 2019). Diante dessa situação, destaca-se entre essas iniciativas a criação da Via Campesina em 1992, com o intuito de articular movimentos camponeses em defesa da agricultura familiar em pequena escala e agroecológica para garantir a produção de alimentos saudáveis (Fernandes, 2012).

A agricultura camponesa caracteriza-se por desenvolver um sistema de produção baseado na policultura e na pecuária (Boni, 2012). A policultura consiste no cultivo de uma diversidade de espécies. Além disso, envolve a criação de pequenos animais, proporcionando aos camponeses uma ampla variedade de produtos para consumo próprio e comercialização (Lokhandwala, 2022).

Conforme Claeys (2018, p. 385), “[...] os camponeses, trabalhadores agrícolas, sem-terra, pescadores, pastores e povos indígenas trabalham a terra e alimentam a humanidade há milênios”, no entanto eles enfrentam sérios desafios em relação aos direitos sobre a terra, aquisição de sementes e até mesmo ao conhecimento tradicional (Lokhandwala, 2022).

A terra, como se sabe, é um recurso essencial para a produção de alimentos. Segundo Mbunda (2016), um fator preocupante é a questão da aquisição de sementes. De acordo com este autor (2016, p. 274), “[...] os camponeses devem usar sementes melhoradas ou manter suas sementes tradicionais para evitar dependência e problemas de inacessibilidade”.

A identidade dos camponeses, onde vivem e como vivem, configura-se como um grande desafio nas lutas desses sujeitos. Isso ocorre devido à visão de que os camponeses são “[...] inteiramente pobres e famintos e destinados a continuar assim devido ao seu modo de vida” (Naranjo, 2012, p. 123). Essa visão é empregada devido às políticas de desenvolvimento dominantes, incluindo a industrialização, modernização da agricultura, urbanização e o crescimento liderado pelas exportações e pela globalização.

SOBERANIA ALIMENTAR NO CONTEXTO DA AGRICULTURA CAMPONESA

Nos últimos anos o movimento camponês tem se articulado para garantir vidas dignas às pessoas que pertencem ao campo. Nessa luta, uma das conquistas consiste na proposta de instituição e da Soberania Alimentar (Dunford, 2020).

A soberania alimentar foi desenvolvida pela Via Campesina como um contramovimento que visa combater os resultados negativos do neoliberalismo na alimentação e agricultura, como a mercantilização agrícola, a degradação ambiental, a diminuição do controle dos agricultores sobre seus recursos biogenéticos, o estresse hídrico, a fragmentação da terra e a diminuição dos meios de vida rurais, conforme ressalta Lokhandwala (2022). Segundo Cruz e Ferreira (2021), o conceito de soberania alimentar foi discutido e apresentado em 1996 pela La Via Campesina, durante a realização da Cúpula Mundial sobre a Alimentação (CMA), realizada em Roma pela FAO.

Mediante discussões ocorridas na Cúpula Mundial sobre a Alimentação (CMA), define-se soberania alimentar como o direito de cada nação de manter e desenvolver sua própria capacidade de produzir seus alimentos básicos, respeitando a diversidade cultural e produtiva (La Via Campesina, 1996). Segundo Nascimento, Calle-Collado e Benito (2020), trata-se de um conceito social e político essencial para construir pontes entre a perspectiva agroecológica e a perspectiva da economia social e solidária. O conceito de soberania alimentar surgiu na contramão da produção massificada de alimentos que não considera todo o processo produtivo em termos socioculturais (Zambrano; Da Cruz; Paulino, 2022).

A soberania alimentar é um tema mundial que vem sendo discutido e estudado sobretudo pelo movimento social dos camponeses, como apontam os estudiosos Anderson, Maughan e Pimbert (2019) e Torres e Ariza (2022). A partir da inserção do movimento camponês em nível mundial, a Soberania Alimentar (SOA) vem funcionando como uma alternativa para garantir condições dignas de vida no meio rural, razão pela qual as comunidades camponesas têm abraçado essa prática para reivindicar, por meio de lutas, seus direitos (Lokhandwala, 2022; Dunford, 2020).

Neste contexto, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e Outras Pessoas que Trabalham em Áreas Rurais (2021), em seu artigo 15 determina como direitos dos camponeses a alimentação adequada, proteção contra a fome, produção de seus alimentos e consumo de maneira sustentável e equitativa, garantia de desenvolvimento físico,

emocional e intelectual, respeito à sua cultura, adoção de medidas de combate à desnutrição, especialmente em crianças, assegurar alimentação adequada a todo segmento da sociedade, em particular às mães, determinar seus próprios sistemas alimentares e agrícolas, participar de decisões políticas alimentares e agrícolas e produção de forma ecológica e sustentável (Brasil, 2021).

A Declaração das Nações Unidas (2021) sinaliza um importante avanço ao reconhecimento dos direitos e identidades dos camponeses, reconhecendo globalmente a agricultura familiar, camponesa e a soberania como ferramenta indispensável para a valorização dos direitos dos camponeses, embasada em seus pilares de acesso aos recursos, modelos de produção, transformação e comercialização, consumo de alimentos e direito à alimentação e políticas agrárias.

Prakash, Ishan e Rahul (2021) acreditam que a declaração é “[...] o caminho de acesso para tais solidariedades transnacionais, por concentrar-se em questões de desigualdades sociais e econômicas generalizadas e de natureza estrutural” (p. 1.185).

Larking (2019) argumenta que a soberania alimentar envolve “[...] o controle democrático e localizável dos sistemas alimentares e do ambiente em que operam, além de esboçar compromisso com modos de produção ecologicamente sustentáveis” (p. 766). Para Peña (2016), o modelo de soberania é conduzido pelo agricultor e baseado na produção camponesa que se utiliza dos recursos locais, das práticas ecológicas e do conhecimento tradicional.

PERCURSOS METODOLÓGICOS

Metodologicamente, esta pesquisa possui natureza descritiva de cunho exploratório e adotou uma abordagem qualitativa. O escopo principal foi desenvolver uma revisão sistemática de literatura para compor o estado da arte e uma base teórica científica que abrangeu o objetivo deste estudo em analisar os aspectos socioambientais e a soberania alimentar no contexto da agricultura camponesa.

Para tanto, optou-se pelo método bibliométrico, por tornar possível a exploração e extração de informações relevantes acerca da evolução, das discussões e de como os níveis de produção se deram ao longo dos anos.

A bibliometria “assume um papel primordial na análise do comportamento da produção científica e possibilita o aumento da visibilidade das novas fontes de informações e conhecimentos” (Pimenta *et al.*, 2017, p. 11). Nesse contexto, a bibliometria permitiu identificar características relevantes da produção científica, tais como autores, áreas do conhecimento, instituições mais produtivas, documentos mais citados e periódicos que mais publicam ou publicaram sobre o tema.

CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO E ANÁLISE DOS ARTIGOS

A priori foi realizado um levantamento dos artigos científicos no período de janeiro a maio de 2023, no recorte temporal de 2012 a 2023, por meio de consulta eletrônica no Portal de Periódicos Capes, na base de dados *Scopus*. Em um segundo momento realizou-se um levantamento no Banco de Teses e Dissertações de universidades federais, estaduais e privadas no recorte temporal de todos os anos até 2023. Para a seleção dos artigos considerou-se dois

aspectos relevantes que levaram à escolha da base de dados da *Scopus*: abrangência e seletividade. A escolha ocorreu devido à indexação de uma ampla gama de artigos nacionais e internacionais, utilizando como critério a seleção de documentos de alto fator de impacto e provenientes de periódicos de grande visibilidade dentro da comunidade acadêmica.

Utilizou-se a base da *Scopus* em razão da sua capacidade de facilitar o manejo de dados e o tratamento estatístico, devido à alta quantidade de resultados (Suela; Moreto; De Freitas, 2021). Além da *Scopus*, foram realizadas buscas no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, com o objetivo de recuperar estudos locais e regionais relacionados ao tema proposto para análise neste estudo.

Quanto às ferramentas de suporte para as buscas, utilizou-se o gerenciador bibliográfico *EndNote*, considerado um instrumento útil para pesquisar, armazenar e organizar referências bibliográficas recolhidas em bases de dados credenciados, segundo Yamakawa *et al.* (2014). Outra ferramenta de auxílio é o *software* VOSviewer utilizado para analisar a rede de colaboração de coautores. As buscas ocorreram entre janeiro e maio de 2023, conforme descrito no portfólio que retrata o caminho trilhado para chegar aos resultados, representado a seguir, no Quadro 1.

Quadro 1 – Portfólio de buscas portal Periódico Capes

Buscas	Bases	Palavras-chave	Operadores	Filtros	Período	Documentos Capturados	Total Selecionado
1ª	Scopus	“food sovereignty” “peasant”	AND	Todas as áreas exceto: Artes e Humanidade	2012-2023	111	54
2ª	Catálogos de Teses e Dissertação	“agricultura camponesa” AND “soberania alimentar”, “peasant agriculture” AND “food sovereignty”	AND	Ciências Agrárias; Ciências humanas; Ciências Sociais Aplicadas	Todos os anos	8	8

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Banco de Teses e Dissertações da Capes (2023).

No primeiro script de busca foram utilizadas as seguintes combinações de palavras-chave em Inglês: “*food sovereignty*” AND “*peasant*”, que em Português correspondem à “soberania alimentar” e “camponês”. Partiu-se do pressuposto de que a inclusão da palavra “camponesa” remeteria ao entendimento de que se buscava por agricultura camponesa, o que posteriormente foi confirmado. Neste script de busca obteve-se 111 artigos com a aplicação de filtros que abrangem apenas artigos publicados entre os anos de 2012 e 2023. A escolha desse marco temporal deu-se por considerar as grandes mudanças nas questões ambientais e consequentemente a criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) pelo decreto nº 7.794, de 2012. Como filtro de buscas desconsiderou-se os artigos das áreas do conhecimento como Artes e Humanidades. Os artigos foram encontrados nos seguintes idiomas: língua portuguesa, língua espanhola e a maioria em língua inglesa. Após análise desses documentos foram selecionados 54 artigos que compuseram o banco teórico e a revisão de literatura desta pesquisa.

Na segunda busca, realizada no periódico Capes, no banco de dados Catálogo de Teses e Dissertações, buscou-se a partir dos seguintes descritores: “agricultura camponesa” AND “soberania alimentar”, considerando publicações de todos os anos. Essa busca resultou em apenas 8 publicações, das quais 4 dissertações e 4 teses, com o primeiro documento sendo publicado em 2008. Os documentos foram analisados e classificados conforme a relevância para a fundamentação teórica da tese, observando-se que todos eles foram selecionados para compor o banco teórico e a revisão de literatura desta pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

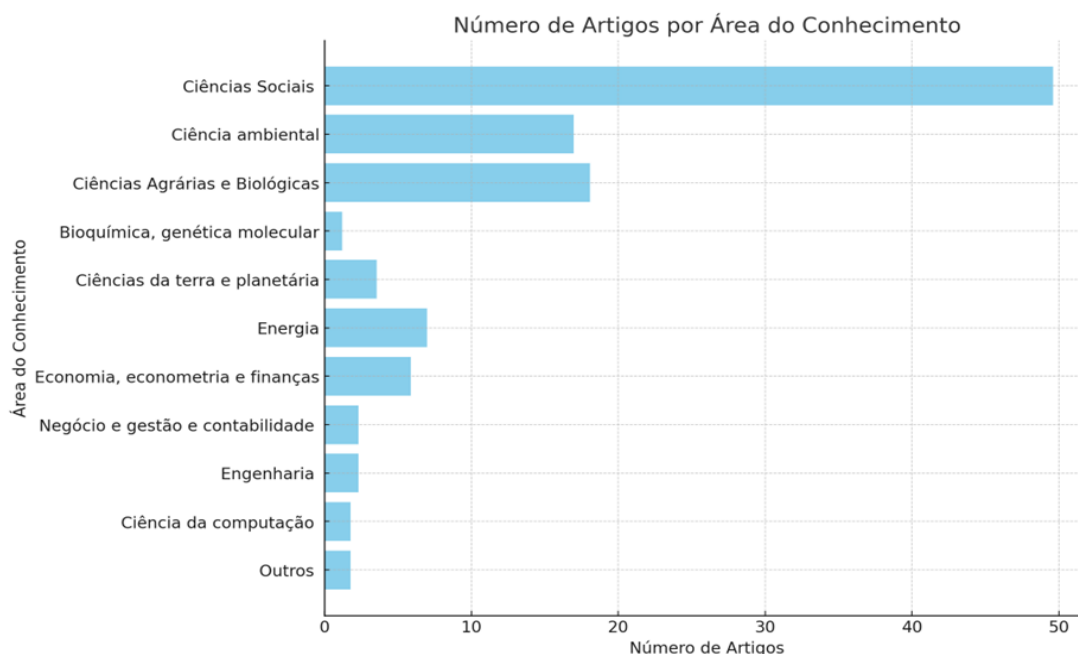
Análise de periódicos e documental

Os documentos analisados são 111 artigos capturados no banco de dados *Scopus* e 8 documentos obtidos no banco de dados Catálogo de Teses e Dissertações. Mediante leituras minuciosas e análise dos documentos selecionou-se 54 artigos e 8 documentos (tese e dissertação) para compor o banco referencial.

As análises seguem uma sequência de acordo com cada uma das buscas, e os aspectos a serem analisados incluem os indicadores de produção, tais como as relações das publicações por área de estudo, as relações de publicação por ano, as relações de publicação por países, as relações de afiliação entre pesquisadores e estudos e a relação de documentos por autor.

A análise teve início com o número de documentos por área de estudo conforme a Figura 1. O estudo mostrou que as temáticas “agricultura camponesa e a soberania alimentar”, apresentaram de forma multidisciplinar que se integram em quase todas as áreas do conhecimento, como é possível observar no Figura 1, extraída da base de dados *Scopus*.

Figura 1 – Produção científica por área do conhecimento entre os anos de 2012 e 2023 por meio de dados obtidos na *Scopus*



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A Figura 1 apresenta as publicações distribuídas em 10 principais áreas de estudos. De acordo com a base de dados *Scopus*, os artigos comportaram-se da seguinte forma: área das Ciências Sociais com maior números de documentos indexados, 45,05%; Ciências Agrárias e Biológicas com 16,22%; Ciência Ambiental, 15,32%; Economia, Econometria e Finanças, 5,41%; Energia, 6,31%; Ciências da Terra e Planetárias, 3,60%; Negócios, Gestão e Contabilidade, 1,80%; Bioquímica, Genética e Biologia Molecular, 0,90% e as áreas: Negócios, Gestão e Contabilidade; Engenharia; Ciência da Computação com 1,80% cada.

Em relação aos artigos analisados, percebeu-se que a agricultura camponesa e a soberania alimentar são uma questão social que, de alguma forma, potencialmente traz consequências significativas para a dinâmica social entre as classes camponesas, conforme ressaltam Mercado e Nico Hjortso (2023). Isso justifica o grande número de artigos científicos publicados na área de Ciências Sociais.

Conforme Torres e Ariza (2022), a soberania alimentar consolida-se como uma abordagem alternativa à visão convencional do desenvolvimento rural, com o propósito de reivindicar o território, o bem viver, igualdade, equidade e a justiça social. Os artigos da área de Ciências Sociais trazem contextualizações acerca do elemento central do estudo, tomando-o como ciência voltada para as dimensões sociais, culturais, econômicas e ambientais, o que justifica o expressivo número de artigos publicados nessa área.

No que respeita ao número de publicação por ano, mediante mapeamento das publicações em um recorte temporal de 2012 a 2023, verificou-se que as publicações apresentaram comportamentos que pendem para a instabilidade ao longo dos anos, porém encontram-se em ascensão nos anos finais, conforme podemos observar na Figura 2.

Figura 2 – Número de publicação por ano entre 2012 e 2023 – base de dados *Scopus*



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

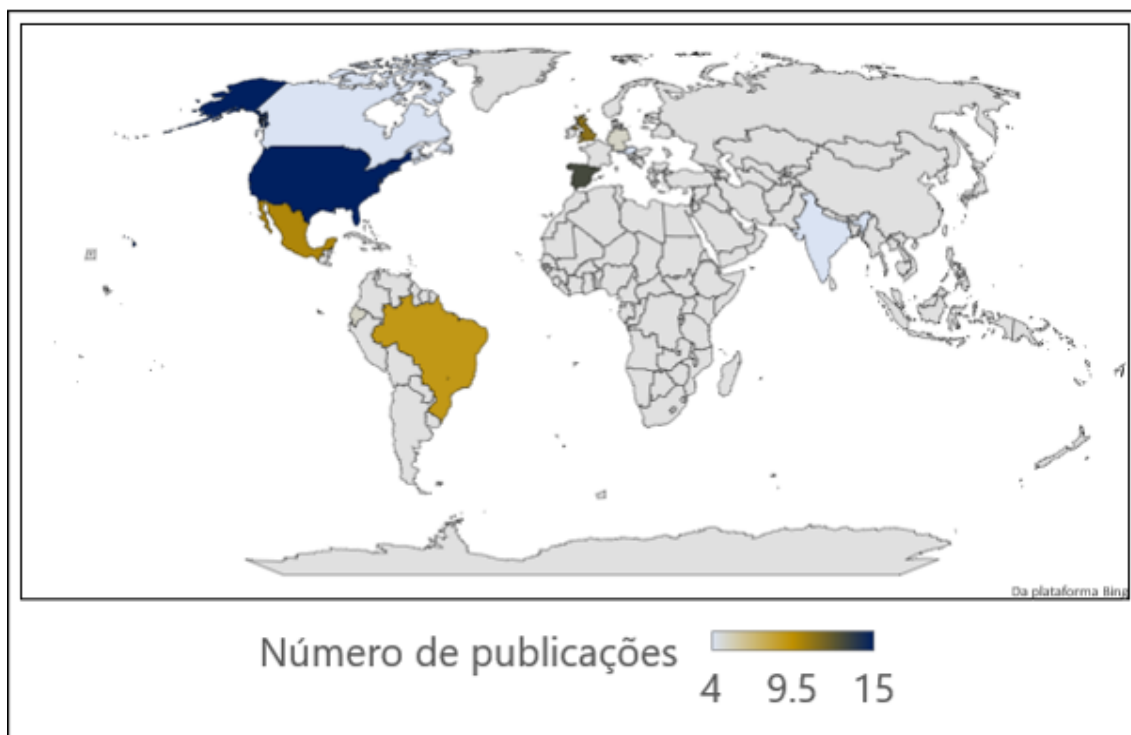
Conforme a Figura 2, observou-se que houve variação no número de produções, o que caracterizou oscilação de produção ao longo dos anos 2012 a 2023. A partir do ano de 2017 observou-se o acréscimo deste número. O que significa que o debate das questões socioam-

bientais, culturais, econômicas de segurança e soberania alimentar estão inseridas no contexto da agricultura camponesa como pauta mundial que se ampliou nos últimos anos (Torres; Ariza, 2022).

A prática da agricultura tradicional realizada por camponeses contribui amplamente para o uso sustentável e a conservação da agrobiodiversidade articulada às questões socioambientais, à segurança e à soberania alimentar desses povos (Lokhandwala, 2022). Essas práticas associadas proporcionam inúmeros benefícios socioambientais, como: sustentação dos meios de subsistência dos produtores, soberania alimentar e conservação dos recursos naturais (Figuerola *et al.*, 2022). A soberania alimentar tem sido proposta política capaz de transformar os sistemas agroalimentares em direção à sustentabilidade (Vallejo-Rojas; Rivera-Ferre; Ravera, 2022).

A agricultura camponesa e a soberania alimentar são uma questão global cunhada pelos movimentos sociais, políticos e culturais, e liderada pela Via Campesina com o objetivo principal de dar ênfase às lutas pelos direitos dos povos camponeses em favor da soberania alimentar e do desenvolvimento socioambiental. Ressalta-se que este é um dos motivos pelos quais, de acordo com a consulta à base de dados *Scopus*, a concentração de produções científicas ocorre em vários países, conforme demonstra a Figura 3.

Figura 3 – Documentos distribuído por país ao longo dos anos de 2012 a 2023 – base de dado *Scopus*



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A partir da análise realizada pela *Scopus*, os artigos encontram-se distribuídos em 35 países, porém o gráfico reúne apenas 15. O critério utilizado visou à representação dos países que têm pelo menos 4 artigos publicados. A barra de cores da Figura 3 representa o impacto de publicações em cada país, sendo que a cor mais escura (azul) representa os países com maiores número de publicações e à medida que as cores vão ficando mais claras (cinza) indica menor

número de publicações. Como se observa o Estados Unidos, com na cor azul escura obtêm 13,5% das publicações, Espanha 11,7%, Reino Unido 9,9%, México com 13 (9,0%), Brasil com 8,1%, já Colômbia e Austrália ambas com 7,2%, Holanda com oito, 6,3%, Equador e Alemanha com 4,5%; Bélgica, Canadá, Índia e Itália seguem com o mesmo número de publicações, 3,6%. Observa-se na figura significativa liderança dos EUA, em se tratando de produção científica voltada aos estudos dos aspectos socioambientais da agricultura camponesa e soberania alimentar.

As discussões internacionais giram em torno das concepções das questões socioambientais, conceitos de soberania alimentar e direitos que regem a agricultura camponesa. Nesse viés, a maior parte das produções atentou-se para instituição dos direitos dos camponeses, assim como propõe a declaração da Via Campesina, que reitera que todas as pessoas têm direito a alimentos saudáveis e culturalmente apropriados, produzidos por meio de métodos ecologicamente corretos e sustentáveis e o direito de definir seus próprios sistemas alimentares e agrícolas (Alkon; Mares, 2012).

É importante ressaltar a interferência do setor econômico e do agronegócio na cadeia de produção de alimentos, posto que em muitas partes do sul global e em algumas regiões do norte global essas interferências tornaram-se gritos de guerra contra as formas como o sistema global do agronegócio devasta os meios de subsistência de pequenos agricultores (Alkon; Mares, 2012). Nos Estados Unidos os esforços para tornar o sistema alimentar mais social se uniram sob as bandeiras da segurança alimentar comunitária e da justiça alimentar, como destacam os autores (Alkon; Mares, 2012). Essa é uma das questões pelas quais os Estados Unidos é líder de produção de artigos científicos relacionados à agricultura camponesa e segurança alimentar, conforme demonstrado na Figura 3

Por ordem de classificação, temos a Espanha em segundo lugar com produções também voltadas para a política da agricultura camponesa e a soberania alimentar. Segundo Brent (2023, p. 4), a “[...] soberania alimentar representa uma ampla agenda política para a mudança do sistema que requer o envolvimento de muitos setores e instituições”. Esta é uma agenda em constante evolução e se atualiza por meio da organização de movimentos sociais e construções de alianças. Um dos principais ramos da economia do México é a agricultura; por conseguinte, tem-se preocupações com o sistema de manejo.

Dados revelam que 44% da população mexicana pertence a categorias de insegurança alimentar (Moreno-Calles *et al.*, 2016); nesse sentido, acredita-se que o desenvolvimento de manejo agroflorestal tradicional pode ser a base para o desenvolvimento socioambiental, suficiência e soberania alimentar.

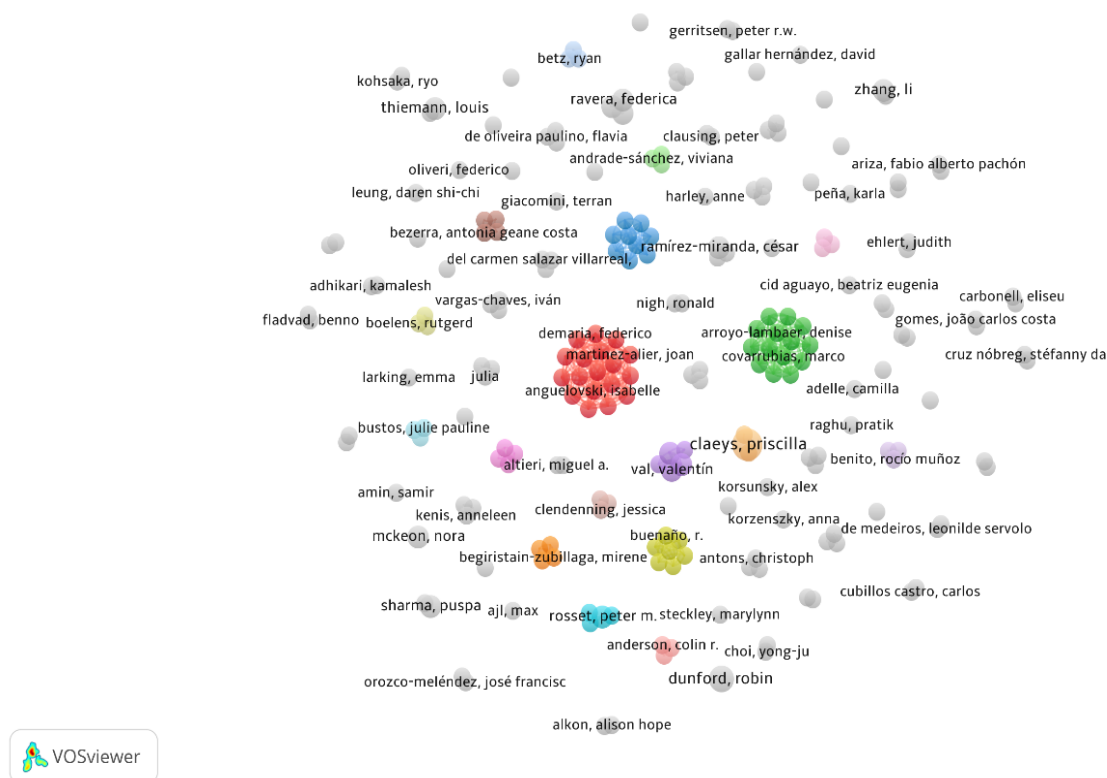
Entre os países líderes, o Brasil ocupa a 5ª posição, trazendo à tona discussões voltadas para o campo da agroecologia, apesar de a agricultura camponesa e soberania alimentar pertencerem a esse campo. Foram poucas as produções com esse foco em específico. A má distribuição de terras no Brasil tem sido uma questão preocupante do ponto de vista das questões socioambientais e a produção de alimentos em articulação com a soberania alimentar (Mendes, 2017). Segundo Cruz e Ferreira (2021), há falhas no sistema de distribuição de terras no Brasil, o que fica constatado no resultado do relatório da Oxfam (2019), em que 45% das terras agrícolas do Brasil pertencem a menos de 1% dos proprietários, grande parte delas destinadas a pastagens e extensas áreas de monocultura.

Ao analisar os artigos, seus títulos, metodologias e os objetivos, percebeu-se que o Brasil tem focado mais especificamente no campo da agroecologia e com isso, são apresentados poucos estudos relacionados à agricultura camponesa e soberania alimentar. Faz-se necessária, portanto, a ampliação de estudos dedicados a essa temática, visto que se trata de uma prática relevante para as questões sociais, econômicas, culturais e ambientais do país. De modo geral, ao analisar as produções acadêmicas por país, é possível observar como a agricultura camponesa e soberania alimentar estão sendo debatidas globalmente e o quanto é relevante essa prática para o desenvolvimento socioambiental, econômico e cultural no país e no mundo.

Em nível de continentes as publicações indexadas na base de dados *Scopus* alcançaram cinco continentes, documentos comprobatórios da relevância do tema. É importante frisar que o continente americano é líder de produção, distribuído na América do Sul e América do Norte e em segunda colocação vem a Europa.

Vale ressaltar quanto à importância de pesquisadores, estudiosos que se dedicam aos estudos das mais variadas temáticas, neste contexto segue-se a análise de coautoria realizada no *software* VOSviewer. Esta etapa da análise concentrou-se na observação do índice de maior produtividade dos autores no período. A análise de coautoria foi realizada com base no número de documentos, considerando o número mínimo de um documento compartilhado. O *software* VOSviewer apresenta nominalmente os autores com maior número de publicações em determinados períodos. A Figura 4 apresenta a rede de coautores por ano de publicação no período entre 2012 e 2023.

Figura 4 – Rede de colaboração científica acerca de coautoria



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

As cores e grupos (Figura 4) demonstram o impacto das publicações no decorrer dos anos. O grupo de maior interesse ou foco de pesquisa está representado por 12 autores mais produtivos nestas áreas do conhecimento. De acordo com as palavras-chave utilizadas na busca destacaram-se: Claeys, P.; Dunford, R.; Rosset, P. M.; Barbosa, L. P.; McKeon, N.; Ramírez-Miranda, C.; Ravera, F.; Rivera-Ferre, M. G.; Sharma, P.; Thiemann, L.; Vale, V.; Vallejo-Rojas, V.

O autor com o maior número de publicações foi a estudiosa Priscilla Claeys, da Universidade Católica de Louvain (UCL), na Bélgica. Suas publicações destacam-se pelas abordagens temáticas em que a autora defende os direitos dos camponeses e a soberania alimentar, motivos pelos quais seus manuscritos são relevantes e indispensáveis na composição do banco teórico deste artigo.

Claeys e Delgado Pugley (2017) reforçam a importância das lutas sociais tanto para os movimentos camponeses quanto para os movimentos indígenas. Em suas obras, enfatizam os direitos humanos no enquadramento de suas reivindicações e destacam que por meio dessas lutas os movimentos têm obtido conquistas. Outros autores em destaque são: Dunford e Rosset, com três publicações cada. Ambos trazem discussões voltadas para as perspectivas camponesas e da soberania alimentar.

Posto isso cabe destacar a obra de Dunford (2020). Nessa obra, Dunford destaca que a soberania alimentar vem oferecendo um nível de destaque no que concerne ao senso comum, segundo o qual a manifestação da produção industrial é a chave para a alimentação do mundo.

Para Rosset *et al.* (2019), todo o mundo, ou seja, os camponeses, os pastores, os pescadores e os povos indígenas estão se organizando para resistir ao aparato de terras e águas, aos megaprojetos e às injustiças climáticas.

Análise em teses e dissertações

No decorrer da pesquisa utilizou-se as buscas no banco de dados Catálogo de Teses e Dissertações. Essa etapa consistiu em analisar documentos em nível de quantidade de publicações por área de estudos; quantitativo anual; pesquisas por instituição no recorte temporal de todos os anos a 2023 e, por fim, a composição de um quadro com as teses e dissertações relevantes e concatenadas ao objetivo de pesquisa.

No que se refere às publicações por área de estudo, optou-se por selecionar documentos de áreas em comum, com foco na pesquisa em questão, dentro da concepção das áreas de ciências ambientais e agroecologia, totalizando oito documentos pertencentes à área de Ciências Agrárias.

A primeira tese voltada para a área de agricultura camponesa e soberania alimentar no Brasil foi a de Gonçalves, realizada em 2008, intitulada “Campesinato, resistência e emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná”. Esta tese tratou dos impactos causados pelo modo de produção capitalista nos últimos 50 anos, os quais resultaram na mobilização do MST e a negação do padrão de desenvolvimento agrícola do país, deixando evidente a necessidade da preservação e reconstrução da agricultura camponesa pela via da Reforma Agrária.

O quantitativo de publicações manteve-se pouco expressivo ao longo dos anos, como é perceptível nos anos de 2012, 2016, 2017, 2018, 2021 e 2022, haja vista que o script de

busca visou documentos com abordagem aos descritores em comum, ou seja, “agricultura camponesa” e “soberania alimentar”, conforme exposto no Quadro 2.

Quadro 2 – Quadro de documentos – período 2012 a 2023 – em catálogo de teses e dissertações

Autor	Título/instituição	Ano/tipo
Maurício. F. Mendes	Políticas públicas em assentamentos rurais: potencialidades e limitações do PAA e do Pnae em Mato Grosso (UFG).	2017 Tese
Maria Betânia dos Santos	Um olhar sobre a experiência dos guardiões de sementes crioulas no assentamento Marapicu no município de Nova Iguaçu, RJ (UnB).	2019 Dissertação
Ângela. M. M. Peixoto	As políticas públicas de desenvolvimento rural em Goiás: os efeitos do PAA e do PNPB para a agricultura camponesa (UFG)	2016 Dissertação
Jhiovanna. E. B. Ferreira	Questão agrária, segurança-soberania alimentar e resistência camponesa por meio da agroecologia no leste de Mato Grosso do Sul (UFMS)	2022 Dissertação
Bárbara. L. Borges	Reforma agrária e abastecimento alimentar: a agricultura camponesa do Distrito Federal construindo a segurança e soberania alimentar (UnB)	2018 Dissertação
Cristiano. A. da Conceição	A participação da agricultura camponesa no Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) nos municípios do Cone Sul de Mato Grosso do Sul (UFGD)	2021 Tese
Valdete Boni	De agricultoras a camponesas: o movimento de mulheres camponesas de Santa Catarina e suas práticas (UFSC).	2012 Tese
Sérgio Gonçalves	Campesinato, resistência e emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná (UFG).	2008 Tese

Fonte: Elaborado pelo autor baseado no Banco de Tese e Dissertação na Capes (2023).

Em relação às publicações por instituições, a partir do Quadro 2, percebeu-se a predominância de pesquisas relacionadas à temática de estudo na Região Sul do Brasil, contudo a UFG destaca-se com maior número de documentos, totalizando três publicações.

Vale ressaltar que as discussões giraram em torno da agricultura camponesa, soberania alimentar e desenvolvimento socioambiental. Mendes (2017) reforça os impactos negativos causados pela modernização da agricultura, como a redução dos camponeses e camponesas responsáveis pela produção de alimentos no Brasil, impactos socioambientais como: intensificação da desigualdade na distribuição de terras, aumento da pobreza, comprometimento na segurança e soberania alimentar e interferências negativas nos recursos ambientais.

A agricultura camponesa pela via de Reforma Agrária vincula-se ao sistema de produção agroecológica com base em princípios de sustentabilidade ecológica, promovendo o desenvolvimento socioambiental e a soberania alimentar (Gonçalves, 2008). Segundo Ferreira (2022), o modelo da agricultura camponesa por meio do sistema tradicional sustenta a soberania alimentar, como bandeira da Via Campesina, é apresentada como solução aos problemas socioambientais desencadeados pelo avanço do capitalismo no campo.

De modo geral, percebeu-se uma produção limitada que tratasse agricultura camponesa e soberania alimentar em contexto comum, porém a pesquisa mostra ascensão da temática nos últimos anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o objetivo deste artigo em “analisar os aspectos socioambientais e a soberania alimentar no contexto da agricultura camponesa(as)”, concluiu-se mediante estudo bibliográfico e documental que as questões socioambientais e a soberania alimentar estão em debate mundial, lideradas pelos movimentos camponeses, acadêmicos, ONGs, ativistas, entre outros.

Percebeu-se uma literatura limitada, principalmente no que respeita a trabalhos resultantes de dissertações de Mestrado e teses de Doutorado. Ou seja, uma carência de pesquisas no que se relaciona aos temas em questão.

De outro lado, identificou-se que a agricultura camponesa vem enfrentando sérios desafios relacionados à modernização do campo, entre os quais podemos citar danos ambientais, como a perda da biodiversidade, do conhecimento associado e evasão significativa dos camponeses.

Pesquisadores da temática mostraram, por meio de debates, a necessidade de viabilização do então sonhado direito dos camponeses conquistados pelos movimentos sociais por intermédio da Via Campesina. As discussões associadas à soberania alimentar, identidade e os direitos dos camponeses vinculados às questões ambientais foram pautas em grande percentual dos documentos analisados.

As ações campesinas obtiveram êxito em sua jornada e lutas, entre elas a concessão dos direitos dos camponeses, as questões ambientais e a soberania alimentar, estabelecida no artigo 15 da Declaração das Nações Unidas Sobre os Direitos dos Camponeses e Outras Pessoas que Trabalham em Áreas Rurais (2021).

Os camponeses são os maiores guardiões da biodiversidade e das variedades de sementes e plantas, e neste contexto a manutenção dessa agrobiodiversidade nas mãos dos camponeses tem garantido a soberania alimentar do mundo e também contribui com as questões socioambientais. Como reforça Peña (2016), é na produção camponesa que se utiliza dos recursos locais, das práticas ecológicas e dos conhecimentos tradicionais.

A análise dos conteúdos relacionados a estas temáticas apontaram a relação intrínseca entre agricultura camponesa e soberania alimentar vinculada às questões ambientais, ambas se encontrando em debate global, em torno de suas concepções e sobretudo na instituição dos direitos de camponeses e camponesas.

As questões ambientais são temas relevantes de preocupação aos camponeses e estudiosos, tal qual ficou explícito com o crescimento do número de pesquisas relacionadas ao tema nos anos de 2021 até os dias atuais. Os artigos publicados distribuíram-se em diversos países dos cinco continentes, sendo os Estados Unidos líder, com o Brasil ocupando a 5ª posição em número de produções.

As interferências do setor econômico e do setor do agronegócio na cadeia de produção de alimentos, que em muitas partes do sul global e em algumas regiões do norte global, tornaram-se gritos de guerra contra as formas como o sistema global do agronegócio devasta os meios de subsistência de pequenos agricultores e compromete o sistema socioambiental e os recursos naturais.

Os resultados apontam falhas no sistema de distribuição de terras agrícolas. O estudo realizado pela (Oxfam, 2019) revela que 45% das terras agrícolas do Brasil pertencem a menos de 1% dos proprietários, com grande parte destinada a pastagens e extensas áreas de monocultura, o que afeta ainda mais as questões ambientais.

Embora estudos demonstrem a preocupação e comprometimento do Brasil, sobretudo dos camponeses e camponesas, com as questões socioambientais, a soberania alimentar e as conquistas camponesas, há leis que ainda necessitam ser criadas e requerem atenção política.

É preciso intensificar estudos dedicados a essa temática, visto que se trata de uma prática relevante para as questões sociais, econômicas, culturais e ambientais do país, como também é preciso ampliar a mobilização social para que as leis sejam cumpridas.

REFERÊNCIAS

- ALKON, A. H.; MARES, T. M. Food sovereignty in US food movements: Radical visions and neoliberal constraints. *Agriculture and Human Values*, v. 29, n. 3, p. 347-359, 2012. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10460-012-9356-z>. Acesso em: 10 jul. 2023.
- ALTIERI, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. *Revista NERA*, n. 16, p. 22-32, 2012. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1362>. Acesso em: 10 jul. 2023.
- ANDERSON, C. R; MAUGHAN, C.; PIMBERT, M. P. Transformative agroecology learning in Europe: building consciousness skills and collective capacity for food sovereignty. *Agriculture and Human Values*, v. 36, n. 3, p. 531-547, 2019. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-031-19400-9_2. Acesso em: 2 dez. 2023.
- BONI, V. *De agricultoras a camponesas: o movimento de mulheres camponesas de Santa Catarina e suas práticas*. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://necat.paginas.ufsc.br/files/2011/10/Valdete-Boni.pdf> Acesso em: 10 jul. 2023.
- BRASIL. Via Campesina. Declaração de direitos dos camponeses e das camponesas. *InSURgência: Revista de Direitos e Movimentos Sociais*, v. 9, n. 1, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/revistainsurgencia.v9i1.46961>
- BRASIL. Decreto nº 7.794, de 20 de agosto. Institui a Política Nacional da Agroecologia e Produção Orgânica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, seção 1, 21 ago. 2012, n. 162, p. 4. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm Acesso em: 31 maio. 2023.
- BRENT, Z. W. Territorializing local public policy: Building social muscle, sustaining participation in food system transformation. *Environment and Planning C: Politics and Space*, v. 41, n. 1, p. 3-19, 2023. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/23996544221112590>. Acesso em: 2 dez. 2023.
- CLAEYS, P. Food Sovereignty and the Recognition of New Rights for Peasants at the UN: A Critical Overview of La Via Campesina's Rights Claims over the Last 20 Years. *Globalizations*, v. 12, n. 4, p. 452-465, 2015. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14747731.2014.957929>. Acesso em: 2 dez. 2023.
- CLAEYS, P. The rise of new rights for peasants. From reliance on NGO intermediaries to direct representation. *Transnational Legal Theory*, v. 9, n. 3-4, p. 386-399, 2018. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9781003029632-14/rise-new-rights-peasants-reliance-ngo-intermediaries-direct-representation-priscilla-claey>. Acesso em: 2 dez. 2023.
- CLAEYS, P.; PUGLEY, D. D. Peasant and indigenous transnational social movements engaging with climate justice. *Canadian Journal of Development Studies*, v. 38, n. 3, p. 325-340, 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02255189.2016.1235018>. Acesso em: 2 dez. 2023.
- CRUZ, Stéfanny Nóbrega da; FERREIRA, Lara Cristine Gomes. The agroecological Interinstitutional fair: alternatives for the construction of food sovereignty in the metropolitan region of Goiânia. *Ateliê Geográfico*, v. 15, n. 2, p. 137-161, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ateliê/article/view/66864>. Acesso em: 2 dez. 2023.
- DUNFORD, R. Converging on food sovereignty: transnational peasant activism, pluriversality and counter-hegemony. *Globalizations*, v. 17, n. 5, p. 782-796, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14747731.2020.1722494>. Acesso em: 2 dez. 2023.
- EHLERT, J.; VOßEMER, C. Food sovereignty and conceptualization of agency: A methodological discussion. *Austrian Journal of South-East Asian Studies*, v. 8, n. 1, p. 7-26, 2015. Disponível em: <https://aseas.univie.ac.at/index.php/aseas/article/view/2614>. Acesso em: 2 dez. 2023.

- FERNANDES, B. M. Via campesina. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. Brasil; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2012. p. 767-770. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2023.
- FERREIRA, J. E. B. *Questão agrária, soberania e segurança alimentar e resistência camponesa por meio da agroecologia no leste de Mato Grosso do Sul*. 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Pós-Graduação em Geografia, Três Lagoas, MS, 2022.
- FIGUEROA, F. et al. Integrating Agroecological Food Production, Ecological Restoration, Peasants' Wellbeing, and Agri-Food Biocultural Heritage in Xochimilco, Mexico City. *Sustainability*, v. 14, n. 15, p. 9.641, 2022. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/14/15/9641>. Acesso em: 2 dez. 2023.
- FRIGOTTO, G. Educação politécnica. In: CALDART, R.; PEREIRA, I. B. ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012.
- GONÇALVES, S. *Campesinato, resistência e emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná*. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Programa de Pós-Graduação em Geografia, São Paulo, 2008.
- HEIS, A. The alternative agriculture network is an and its struggle for food sovereignty - a food regime perspective of agricultural relations of production in Northeast Thailand. *Austrian Journal of South-East Asian Studies*, v. 8, n. 1, p. 67-86, 2015. Disponível em: <https://aseas.univie.ac.at/index.php/aseas/article/view/2617>. Acesso em: 2 dez. 2023.
- LARKING, E. Mobilising for food sovereignty: The pitfalls of international human rights strategies and an exploration of alternatives. *International Journal of Human Rights*, v. 23, n. 5, p. 758-777, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13642987.2017.1314645>. Acesso em: 2 dez. 2023.
- LOKHANDWALA, Z. Peasants' Rights as New Human Rights: Promises and Concerns for Agrobiodiversity Conservation. *Asian Journal of International Law*, v. 12, n. 1, p. 105-120, 2022. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/asian-journal-of-international-law/article/peasants-rights-as-new-human-rights-promises-and-concerns-for-agrobiodiversity-conservation/9C941F-919D57A635B77237D5B905B391>. Acesso em: 2 dez. 2023.
- MACHADO, A. T.; SANTILLI, J.; MAGALHÃES, R. *A agrobiodiversidade com enfoque agroecológico: implicações conceituais e jurídicas*. Brasília, DF: Embrapa informação tecnológica, 2008. 98 p. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/555963/1/machado01.pdf>. Acesso em: 30 maio 2023.
- MANN, A. Education for food sovereignty as transformative ethical practice. *Policy Futures in Education*, v. 17, n. 7, p. 862-877, 2019. DOI: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1478210318816251>. Acesso em: 21 jul. 2023.
- MBUNDA, R. The Developmental State and Food Sovereignty in Tanzania. *Agrarian South*, v. 5, n. 2-3, p. 265-291, 2016. DOI: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/2277976017700210>. Acesso em: 2 dez. 2023.
- MENDES, M. F. *Políticas públicas em assentamentos rurais: potencialidades e limitações do PAA e do PNAE em Mato Grosso*. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2017.
- MERCADO, G.; HJORTSO, C. N. Explaining the development policy implementation gap: A case of a failed food sovereignty policy in Bolivia. *World Development*, v. 166, p. 1-15, 2023. Disponível em: <https://scien- cedirect.com/science/article/pii/S0305750X23000347>. Acesso em: 2 dez. 2023.
- MICHELOTTI, F. Residência agrária. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. Brasil; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012. 788 p.
- MORENO-CALLES, A. I. et al. Ethnoagroforestry: Integration of biocultural diversity for food sovereignty in Mexico. *Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine*, v. 12, n. 1, p. 1-21, 2016. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1186/s13002-016-0127-6>. Acesso em: 2 dez. 2023.
- NARANJO, S. Enabling food sovereignty and a prosperous future for peasants by understanding the factors that marginalise peasants and lead to poverty and hunger. *Agriculture and Human Values*, v. 29, n. 2, p. 231-246, 2012. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10460-011-9345-7>. Acesso em: 2 dez. 2023.
- NASCIMENTO, F. S. do; CALLE-COLLADO, Á.; BENITO, R. M. Social and solidarity economy and agroecology in family agriculture cooperatives in Brazil as a form of development of sustainable agriculture. *CIRIEC-España Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, n. 98, p. 189-211, 2020. Acesso em: 2 dez. 2023.
- NASCIMENTO, Milton; BUARQUE, Chico. O cio da terra. In: *Milton Nascimento*. 1977. Disco.

OXFAM. Oxford Committee for Famine Relief. *Distribuição de terras na América Latina*. Analisa a distribuição de terras na América Latina – 2019. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/publicacao/menos-de-1-das-propriedades-agricolas-e-dona-de-quase-metade-da-area-rural-brasileira>. Acesso em: 10 maio 2024

PEÑA, K. Social movements, the state, and the making of food sovereignty in Ecuador. *Latin American Perspectives*, v. 43, n. 1, p. 221-237, 2016. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0094582x15571278>. Acesso em: 2 dez. 2023.

PEREIRA, V. C. *A conservação das variedades crioulas como prática de agricultores no Rio Grande do Sul*. 2017. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2017.

PIMENTA, A. A. et al. A bibliometria nas pesquisas acadêmicas. *Scientia*, v. 4, n. 7, p. 1-13, 2017. Disponível em: <https://docplayer.com.br/137842425-A-bibliometria-nas-pesquisas-academicas.html>. Acesso em: 1º maio 2023.

PRAKASH, K.; ISHAN, K.; RAHUL, R. Declaração da ONU sobre os direitos dos camponeses, políticas nacionais e direitos florestais dos adivasis da Índia. *The International Journal of Human Rights*, v. 25, n. 7, p. 1.184-1.209, 2021. DOI: 10.1080/13642987.2021.1874940

ROSSET, P. et al. Agroecology and La Vía Campesina II. Peasant agroecology schools and the formation of a sociohistorical and political subject. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 43, n. 7-8, p. 531-550, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/21683565.2019.1617222>. Acesso em: 2 dez. 2023.

SUELA, S. C.; MORETO, E. R.; DE FREITAS, R. R. Bibliometria e seus métodos de pesquisa: um estudo nas bases de dados Scopus e Web of Science. *Revista FSA*, Teresina: Centro Universitário Santo Agostinho, v. 18, n. 6, p. 151-168, 2021. Disponível em: <http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/2302>. Acesso em: 2 dez. 2023.

TORRES, S. G.; ARIZA, F. A. P. Peasant women and food sovereignty: proposals for a better living, the experience of Inza, Cauca (Colômbia). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 60, n. 3, p. 1-21, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/9cv83pfb5dgy4N5KVqXv9yk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 2 dez. 2023.

VALLEJO-ROJAS, V.; RIVERA-FERRE, M. G.; RAVERA, F. A (re)configuração do sistema agroalimentar: o estudo de caso de uma rede agroecológica nos Andes Equatorianos. *Agricultura e Valores Humanos*, v. 39, n. 4, p. 1.301-1.327, 2022. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10460-022-10318-1>. Acesso em: 7 mar. 2024.

VIA CAMPESINA BRASIL. Declaração de direitos dos camponeses e das camponesas. *InsURgência: Revista de Direitos e Movimentos Sociais*, Brasília, v. 9, n. 1, p. 681-708, 2023. DOI: 10.26512/revistainsurgencia.v9i1.46961. Acesso em: 1º maio. 2023.

YAMAKAWA, E. K. et al. Comparativo dos softwares de gerenciamento de referências bibliográficas: Mendeley, EndNote e Zotero. *Transinformação*, v. 26, n. 2, p. 167-176, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/YCXRcdqjP6gGccddwzwnCK/?lang=pt>. Acesso em: 5 jan. 2023.

ZAMBRANO, J. L. A.; DA CRUZ, Denise Dias; PAULINO, Flavia de Oliveira. Impacts of the transition from family farming to monoculture farming on the eating habits of two cities in the Valle de Tenza, Boyacá – Colombia. *Journal of Ethnic Foods*, v. 9, n. 1, p. 1-15, 2022. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1186/s42779-022-00137-4>. Acesso em: 5 jan. 2023.

Autor Correspondente

Valdenir de Souza Coutinho

Universidade do Estado do Mato Grosso – Unemat

Av. São João, 563 – Cavallhada I – CEP 78216-060. Cáceres/MT, Brasil.

valdenirsouzacoutinho@hotmail.com

Este é um artigo de acesso aberto distribuído
sob os termos da licença Creative Commons.

